

Campelo propõe nova economia

“A União coordena, o estado articula e o município executa. É assim que eu entendo a possibilidade de resultados mais positivos na área do crescimento econômico do País”. A declaração é do candidato a deputado Valmir Campelo, do PFL, segundo o qual o processo de descentralização que ele defende não pode ser entendido como um enfraquecimento de poder da administração central, mas, pelo contrário, resulta num entrelaçamento mais estreito nas relações das três esferas administrativas, atreladas a uma filosofia de trabalho, com programas voltados para os objetivos maiores do País.



Valmir: executivo de geração de riquezas.

Para esclarecer melhor seu ponto de vista, Valmir Campelo mostra que ao Governo Federal caberá o planejamento global integrado, uma vez que é de sua responsabilidade o controle da soberania nacional e a manutenção das decisões da política e da economia. Enquanto isso, a administração estadual terá a responsabilidade de articular em cada Município de sua área, juntamente com as forças municipais, a estratégia local para o desenvolvimento do processo

No campo de geração de riquezas, a União deve normatizar as regras para a ação dos estados e municípios — conforme o candidato — objetivando estabelecer as metas de produção, a redefinição de programas para a solução dos desequilíbrios regionais e melhor distribuição da população no território nacional. Valmir Campelo disse também que a União deve estudar o aproveitamento racional das potencialidades naturais do País, dentro

de princípios para preservação do equilíbrio ecológico, evitando-se predações ao patrimônio nacional, resguardando-se, assim, o futuro dos brasileiros.

Conforme explica o candidato, a administração estadual, por sua vez, independentemente dos projetos de caráter econômico, como elemento de articulação do crescimento em sua região, poderá também desenvolver programas de ocupação integral de sua circunscrição, promover a criação de novos municípios, visando ao aproveitamento mais racional de seu espaço e ainda desenvolver mecanismos de fiscalização e controle dos programas de desenvolvimento.

“A exemplo da União, a responsabilidade do Estado no processo de desenvolvimento descentralizado que proponho há que merecer reajustamentos, porquanto, inevitavelmente, idéias novas surgirão de forma a fortalecer esses princípios que exponho aqui. Entretanto, a idéia básica que eu lanço é o assentamento do crescimento econômico e social usando-se uma estrutura já existente.